

“ZERAR O NÚMERO DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS SEM BIBLIOTECA”: análise do discurso do Presidente Lula
TO "ZERO THE NUMBER OF BRAZILIAN MUNICIPAL DISTRICTS WITHOUT LIBRARY ": analysis of President Lula's discourse

Ludmila Almeida

Discente do Curso de Ciências da Informação e da Documentação da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP)
Bolsista de Iniciação Científica Santander

Gustavo Grandini Bastos

Discente do Curso de Ciências da Informação e da Documentação da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP)
Bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq

Lucília Maria de Sousa Romão

Docente do curso de graduação em Ciências da Informação e da Documentação e da pós-graduação em Psicologia da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP). Professora colaboradora do mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Resumo

Neste trabalho buscamos analisar, à luz da Análise do Discurso de filiação francesa, enunciados colhidos em meios de comunicação de massa em formato eletrônico (Portão de Notícias G1, O Globo). Investigamos a maneira como as bibliotecas são faladas em depoimentos oficiais do presidente Lula e o modo como são designados os programas oficiais de distribuição de livros que, em âmbito nacional, repetem sentidos tidos como legitimados pela ideologia dominante. Dentre eles, destacamos o efeito de redução do conceito de biblioteca à existência de acervo, o que nos faz buscar apoio em algumas noções da Biblioteconomia. Observamos que o discurso sobre a biblioteca, no âmbito oficial, apaga e silencia outros sentidos possíveis para significar a leitura, especialmente marcando um apagamento do prazer e da presença de um profissional nessa unidade informacional. Nosso interesse debruça-se sobre o gesto de interpretar esse processo, não do ponto de vista da análise dos conteúdos das declarações do maior mandatário do país, mas de observar como estão postas em movimento as formações imaginárias e discursivas (Pêcheux, 1969) sobre a biblioteca, que apareceram nos enunciados escolhidos para a constituição do nosso corpus.

Palavras-chave: Discurso. Sentido. Biblioteca. Governo Lula. Livros.

1 A REGULARIDADE DE UMA DESIGNAÇÃO: biblioteca como lugar

“Quase não tínhamos livros em casa/ e a cidade não tinha livraria. Os livros são objetos transcendentais/ mas podemos amá-los do amor tátil/ que votamos aos maços de cigarro/ Domá-los, cultivá-los em aquários,/ em estantes, gaiolas, em fogueiras/ ou lançá-los pra fora das

janelas/ Talvez isso nos livre de lançarmo-nos/ ou o que é muito pior por odiarmo-los/podemos simplesmente escrever um.” - Caetano Veloso

Durante o processo de implantação de bibliotecas no Brasil, a instituição escolar foi um lugar importante para a inauguração dessas unidades informacionais (FERRAREZI, 2007) visto que a primeira biblioteca da história do Brasil pertenceu ao Colégio da Bahia com inauguração datada de 1598. Foi de fundamental importância para o trabalho dos jesuítas a presença de instituição biblioteca, utilizada tanto com a intenção primordial do colonizador que consistia em catequizar o índio (VÁLIO, 1990), como também em suprir a necessidade de alfabetização dos filhos de colonos e capacitação de professores (MORAES, 1979). Observamos que, na época dos jesuítas, a biblioteca utilizada simplesmente para atividades de caráter catequético e didático, por isso, os acervos eram de obras “fundamentalmente litúrgicas ou tendiam a confirmar a interpretação defendida por esta instituição” (SILVA, 2004, p.4), isso em um contexto histórico social onde quase “80% da população era constituída de analfabetos” (VÁLIO, op.cit.). Dessa forma, a certidão de nascimento da biblioteca faz aliança com o discurso de apagamento da oralidade e da cultura local (indígena), marcando apenas a voz do estrangeiro colonizador, como de autoridade, prestígio e poder (ORLANDI, 1990), e como capaz de adentrar o nobre espaço das bibliotecas. Com isso, “a biblioteca constituía um instrumento de luxo, muitas vezes sem função”. (SILVA, op.cit., p. 5).

Essa biblioteca de moldes religiosos teve duração até o governo do Marquês de Pombal que, no ano de 1759, expulsou os padres jesuítas do país; depois dessa expulsão, as bibliotecas desapareceram e, como relatado por Lima (1979), os livros acabaram sendo usados até para se embrulhar mercadorias ou permaneceram em depósitos, estragando devido a diversos motivos. A situação só se alterou com a vinda da família real para o Brasil, quando tivemos fatos como a criação da Biblioteca Nacional e a oferta de educação primária, secundária e de nível superior. Nesse momento, a necessidade de bibliotecas nessas instituições fez-se mais do que necessária e foi justamente nesse período que as bibliotecas foram formuladas e administradas por professores. Sobre isso, Silva (op.cit., p.5) revela que a biblioteca passou a ser um instrumento de dominação política.

“O estabelecimento da Corte no Brasil acarretou mudanças no panorama cultura (...), à necessidade de criação de instituições que garantissem a difusão de valores no sentido de estimular a obediência de todos ao governo (...). Visava-se estabelecer uma nova forma de dominação, assegurando-se a continuidade do poder e da tradição. (KOSHIBA & PEREIRA, 1987). Iniciava-se na história do Brasil uma prática que mais tarde tornar-se-ia comum: utilizar instituições culturais e principalmente a educação para exercitar dominação.”

Pelo viés discursivo, tal “dominação” pode ser entendida como a ideologia que naturaliza sentidos para o sujeito em uma dada posição (PÊCHEUX, 1969), tornando evidente o sentido dominante a fixar apenas uma interpretação sobre o mundo, no caso, sobre o mundo das bibliotecas, ou promovendo a ruptura de tal sentido. Isso nos faz considerar a tensa relação social de disputas por espaços de dizer, saber e poder que atravessa a linguagem, por exemplo, a “dominação” política pode ser observada com maior vigor nos períodos ditatoriais brasileiros, momento em que o poder constituía-se pela “a monofonia, ou seja, apenas uma voz em relação ao poder” (FERRAREZI, 2007, p. 28) e interditava, pela política do silêncio (ORLANDI, 1997), as vozes dissonantes.

Assim, no Brasil, primeiro tivemos monofonia produzida pela autoridade religiosa e, depois, pela instituição militar, dois modos de dizer sobre a biblioteca com a regularidade de colocá-la em posição imaginária, a saber, o lugar isolado ao qual poucos podiam ter acesso, lugar de poder a ser mantido e monitorado apenas por alguns, instituição de guarda do acervo impresso pouco consultado pelos leitores. Tais modos de dizer e de representar instalaram um poderoso interdiscurso ainda hoje bastante retomado e repetido.

No Estado Novo, foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL) como o órgão que assumiu a postura de “disseminador, produtor, coordenador das políticas para as bibliotecas escolares e públicas” CASTRO (2003, p. 68), constituindo-se como um

“órgão federal criado para implantar uma biblioteca em cada município brasileiro. Havia uma forte campanha visando a difusão da leitura como alavanca para o desenvolvimento pessoal e coletivo. (...) seus livros seriam instrumentos de elevação do nível cultural e alavancas do desenvolvimento. Para isso, o INL estabeleceu determinados pacotes de livros e espalhou-os pelas cidades brasileiras, acreditando que essa ação criaria o gosto pela leitura, tornando as bibliotecas municipais irresistíveis. (...) Apesar das boas intenções, essas bibliotecas vindas de cima para baixo, das esferas federais para o cotidiano das cidadezinhas, da mesma forma como chegaram, desapareceram. Chegaram como surpresa e desapareceram nos meandros da vida municipal.” (MILANESI, 2002, p. 46-7).

Essas políticas assistencialistas pouco contribuíram para a formação de leitores e também não criaram verdadeiras bibliotecas, já que muitas obras sumiram como fumaça no ar. Com a ditadura militar, instaurou-se, um verdadeiro período de interdição e acomodação, igualando-se ao período de governo do Estado Novo do presidente Vargas com a semelhança de os dois lidarem de maneira mais ou menos intensa com a censura, aqui entendida como política do silêncio (ORLANDI, op.cit.). Nessa época, existiu o Programa Nacional do Livro Didático, que buscava distribuir para os diversos tipos de bibliotecas, livros diversos, principalmente os didáticos, mas, no fim, esse programa foi extinto devido a sua incapacidade de realizar sua tarefa principal, de formar leitores servindo no final apenas para enriquecer as editoras. Interessa-nos retomar o fio desses discursos sobre a instituição biblioteca, pois eles tecem uma memória discursiva que retorna e é atualizada em muitos dizeres atuais, às vezes de maneira deslocada. Antecipamos aqui que alguns dos depoimentos oficiais hoje funcionam discursivamente de modo a significar a necessidade de erradicação das cidades sem biblioteca como uma retomada do já-lá (PÊCHEUX, 1997).

A pesquisa escolar foi implantada no país na década de 70, quando uma lei federal designava ser este um ingrediente obrigatório na vida estudantil. Isso fazia os sujeitos-escolares debruçavam-se sobre diversos textos, buscando executar a cópia das mesmas, para satisfazer a pesquisa exigida pelo professor (ROMÃO, 2007). O espaço da biblioteca passa a ser usado como lugar de consulta e cópia de documentos informativos. Enciclopédias como a *Barsa* e coleções como o *Tesouro da Juventude* passam a ter páginas inteiras copiadas em manuscritos de papel almaço e tal prática inscreve um discurso sobre a biblioteca, a saber, local em que há livros autorizados a serem lidos, abertos e tomados como referência em atividades didáticas repetitórias e parafrásticas.

“um espaço vivo e atuante de que o usuário deve usufruir em toda sua potencialidade [...] constitui-se em lugar onde oportunidades de experiência cultural podem ser criadas. Ela tem diferentes papéis a cumprir, não devendo, portanto, estar isolada da escola devendo, ao contrário, interagir com a escola, comunidade e com o meio social.” (VIANA; CARVALHO; SILVA, 1998, p.19)

Ainda que teóricos da área da Biblioteconomia marquem esta posição, consideramos importante ressaltar que a biblioteca não tem se constituído como espaço de circulação do discurso polêmico (ORLANDI, 2003) com atividades que instalem a troca de turno entre os interlocutores, permitindo a polissemia de sentidos sobre leitura. Questionamentos, crítica ou prazer muitas vezes ficam fora desse espaço em que ler teve (e ainda tem), em muitos momentos, correspondência com o gesto de copiar, de silenciar, de pouco se mover dentro do espaço, de não partilhar oralmente o que foi lido. Além da placa de silêncio disposta na entrada de muitas bibliotecas, o que para nós é um indício importante do discurso autoritário, vale aqui registrar que, no período militar, com a censura forte e impiedosa, surgiu o “Decreto 1077 (...) determinava que a divulgação, leitura e acesso a livros e periódicos (nacionais e estrangeiros), em todos os níveis de ensino e em todas as bibliotecas, ficariam subordinadas à verificação prévia da Polícia Federal a quem caberia analisar a existência de material ofensivo a moral e bons costumes” (CASTRO, 2003, p.69-70). Nessa época, a distribuição de livros era destinada e impulsionada principalmente pela lei federal, que instituía a obrigatoriedade da pesquisa na biblioteca escolar. Concordamos com Ferrarezi (2007, p.31), quando ela afirma que “(...) o problema não está em se fazer pesquisas escolares, mas na forma como elas foram instituídas e na maneira infrutífera como eram realizadas, a partir de uma lógica utilitarista em que pese o efeito de dever e em que seja silenciado o de prazer”.

Observamos ainda hoje diversos projetos de distribuição, sendo executados em diferentes momentos políticos, tanto municipais, como também estaduais e federais, programas, tais como o Projeto Fome de Livros, o Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Plano Nacional do Livro e da Leitura mantém a regularidade de se constituírem como programas distributivos, que significam unicamente a possibilidade de, através de medidas de doação de acervos, os problemas relacionados à leitura na sociedade brasileira serem sanados. Embora exista esse imaginário de “sucesso” na distribuição de livros, sabemos que o processo de democratização da leitura e acesso a bibliotecas não são assim tão simples e rápido; mais ainda, não garantem a formação de sujeitos-leitores.

Torna-se necessário que, no discurso oficial, a biblioteca não seja simplesmente uma pequena sala que contém livros, mas que seja significada como um importante espaço discursivo, onde sejam possíveis múltiplos gestos de leitura. Reconhecemos a importância do acervo nas bibliotecas, mas questionamos a redução dos sentidos de/sobre biblioteca a abrigo de livros, o que para nós implica uma redução regularizada pela formação discursiva dominante. Outra repetição diz respeito ao fato de essa instituição trabalhar somente com um acervo de documentos impressos, desconsiderando outros suportes e materialidades, como os materiais áudios-visuais, os textos imagéticos e os produtos da tecnologia. Temos um dizer sobre a biblioteca que marca dois efeitos reducionistas, quais sejam, biblioteca é apenas acervo e biblioteca é apenas acervo de impressos.

Visto tudo isso, questionamos a evidência do sentido discursivizado pelo governo federal que, na voz do presidente, continua a enunciar sobre bibliotecas de modo a

Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 26, 2º sem.2008

marcar apenas a necessidade de acervos, atualizando dizeres tidos como legitimados e evidentes pela ideologia, a saber, aqueles que marcam ser importante tão somente encher salas minúsculas com dezenas de obras, pensar em feitos qualitativos e silenciar sobre os leitores e a leitura. Sustentamos, não sem um certo pessimismo, que a biblioteca está longe de ser uma instituição de leitura que fomenta o prazer da escuta das vozes diversas contidas nos livros, que desperte o prazer da leitura e que permita a emergência do discurso polêmico e lúdico; ao mesmo tempo em que marcamos esse lugar de falta, registramos nosso interesse em questionar os sentidos evidentes sobre a biblioteca em nosso país, deslocando os efeitos de apagamento (do acesso, do prazer, da política de formação de leitores, do profissional) para outro campo, qual seja, o da necessidade criar novos modos de dizer, ainda que sob a forma de um estudo simples como este.

2 VOZ DE PRESIDENTE COMO LUGAR DE PODER: sentidos sobre biblioteca

“É você/ Só você/ Que invadiu o centro do espelho/ Nós dois na biblioteca e no salão/ Na vida só resta seguir/ Um risco, um passo, um gesto rio afora.” - Marisa Monte, Arnaldo Antunes e Carlinhos Brown

Considerando que, segundo a teoria discursiva, a linguagem materializa o lugar social a partir do qual o sujeito enuncia, partimos do ponto de que o dizer de um presidente inscreve-se como um saber legitimado pelo poder, no caso, o de maior mandatário do país. Ou seja, estamos diante de uma posição de poder privilegiada e que não está disponível a qualquer um, já que a distribuição social do sentido não é homogênea, mas marcada pela autoridade do lugar social do sujeito.

“Em toda sociedade, há vozes que se tornam gerais (indeterminadas) e que contribuem para a formação do conhecido ‘CONSENSO’ (senso comum?): são vozes das autoridades, das quais um exemplo de formação é o mecanismo de constituição desses personagens discursivos, os mediadores, tal como nós expusemos. Eles administram assim a produção dos sentidos e estabelecem a partilha entre a injunção ao dizer e o silenciamento.” (ORLANDI, 1989, p. 43).

Assim, um depoimento do presidente Lula sobre biblioteca funciona discursivamente de modo a administrar e legitimar sentidos sobre este objeto discursivo, determinando o que pode e deve ser dito, criando a ilusão de monofonia e de transparência em relação à realidade e certificando uma suposta verdade. Tudo isso está relacionado ao poder que é conferido a alguns, na sociedade, em detrimento de outros, já que, do lugar de presidente, é possível enunciar sentidos com um suposto saber sobre a realidade nacional.

“Há outros lugares no percurso de enunciação: à parte os parceiros de uma interlocução, há os protagonistas como os mediadores, os intérpretes, os leitores legítimos – o crítico, o teólogo, o jurista, por exemplo, responsáveis guardiães dos sentidos no discurso literário, no discurso religioso, no discurso jurídico, respectivamente.” (ORLANDI, op.cit., p.44).

Consideramos que o lugar de presidente funciona discursivamente como uma posição de mediação dos saberes e poderes, já que, pelo efeito ideológico de evidência, este sujeito estaria imbuído de comandar o país, tomando decisões práticas e instalando políticas e diretrizes. Observamos que, no caso de Lula, desde o primeiro mandato, foram criados programas de assistencialistas de distribuição de alimentos (Fome Zero) e de dinheiro (Bolsa Família, dentre outras) aos pobres, instalando o governante na posição imaginária daquele que dá, que provê e que tem o poder de sustentar. Esse modo de estar na linguagem e de constituir-se como sujeito de seu discurso tem relação com o que Pêcheux (1969, p. 163) chamou de “interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso”, processo que “se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)”.

Assim, ao ser interpelado pela ideologia, o sujeito (e no caso, o sujeito-presidente) passa a atribuir uma imagem a si, ao seu interlocutor e ao objeto discursivo. Para nós, esse ponto é muito importante, já que os recortes analisados na próxima sessão foram ditos por Lula quando de uma visita à Academia Brasileira de Letras, o que implica considerar o que esse lugar representa, qual a estreita relação que mantém com o mundo dos livros e como tudo isso implica uma relação imaginária com os interlocutores, no caso, os autores acadêmicos. Ao levar em conta tais pistas, inferimos que o sujeito, ao enunciar, paga o preço de se submeter à ideologia já que ela é constitutiva da linguagem, assumindo os sentidos que ela lhe permite enunciar e construindo um imaginário sobre a cena em que enuncia.

“Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência (...) a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer.” (ORLANDI 2003, p. 46).

Assim, temos um jogo de formações imaginárias, no qual o sujeito enuncia o que lhe parece evidente de um lugar social, antecipando sentidos que estariam de acordo com o que ele imagina sobre seu interlocutor e sobre o objeto discursivo. Temos, então, posições no discurso que, segundo Pacífico e Romão (2005, p. 7), “são determinadas por representações imaginárias, e são, portanto, inconscientes, determinadas pela estrutura socioeconômica e também pela ideologia que faz parecer natural o sujeito produzir “seu” discurso daquela maneira e não de outra”. Dessa forma, “os sujeitos ‘esquecem’ o que foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras.” Orlandi (2001, p. 36).

Compreendemos, desse modo, que o sujeito não é empírico nem categorizável, mas uma posição imaginária no discurso, afetada permanentemente pela memória discursiva, ou seja, condição de todo dizível. Por isso, fizemos o rastreamento de decretos e contextos históricos em que já foram ditos sentidos sobre biblioteca e sobre distribuição de livros, já que eles constituem um saber discursivo sobre o nosso objeto. Se hoje temos um presidente que enuncia sobre a necessidade de “zerar o número de cidades sem biblioteca”, não podemos considerar esse dizer como esporádico ou surgido nele mesmo, mas precisamos tomá-lo em sua espessura lingüística e histórica, encadeado por sentidos já postos em discursos em outro lugar, pois, concordando com Pêcheux (1999, p.51), entendemos os fatos do discurso “enquanto inscrição material em uma memória

discursiva”. Recortando sentidos já ditos, tecendo imagens para o interlocutor, emoldurando o objeto do discurso em um imaginário, assumindo um lugar de dizer tido como de mediador, o sujeito-presidente enuncia sobre bibliotecas. Isso veremos na próxima sessão.

3 “ZERAR O NÚMERO DE BIBLIOTECAS”: um dizer para o outro

"No descomeço era o verbo. / Só depois é que veio o delírio do verbo. / O delírio do verbo estava no começo, lá/ onde a criança diz: Eu escuto a cor dos passarinhos./ A criança não sabe que o verbo escutar não/ funciona para cor, mas para som. / Então se a criança muda a função de um verbo, ele delira."- Manoel de Barros

O nosso corpus de análise foi constituído a partir de buscas on-line nos meios de comunicação Portão de Notícias G1 e O Globo; escolhemos alguns recortes que indiciam os modos do dizer jornalístico organizar o depoimento do presidente Lula a respeito de um plano nacional de erradicação das cidades sem biblioteca. Não nos interessa aqui estudar de maneira mais alentada o funcionamento do discurso jornalístico, ainda assim marcamos que o dizer do presidente Lula é mediado por uma certa tradução dada pelo sujeito-jornalista e pelo sujeito-editor. Justificamos a importância dessas fontes de informação, tendo em vista o modo como os cartéis midiáticos (Moraes, 2002) estruturam-se em nosso país, a saber, como voz de autoridade capaz de estabelecer socialmente a mediação entre o relato e a realidade. Isto significa que a mídia funciona como agência de poder que desenha, distribui e configura socialmente a circulação de saberes e dizeres, selecionando e hierarquizando temas, definindo enquadramentos e prioridades (Guimarães, 2001, 2003). Dessa forma, aos enunciados ditos pelo sujeito no lugar de presidente da República, inscrevem historicamente um lugar também de poder a ser mobilizado quando a mídia registra o que foi dito e/ou recupera o que foi falado por outrem.

Na metodológica da teoria discursiva, é preciso rastrear as marcas lingüísticas formais que definem o(s) funcionamento(s) discursivo(s), observando a relação entre o ideológico e o discursivo. Após o reconhecimento das pistas da língua, procedemos as etapas de descrição e interpretação, marcando quais e como são os elementos discursivos particulares que funcionam produzindo sentido(s). Nessa etapa, buscaremos focar dois eixos: primeiro, o modo de representar-se e de dizer do sujeito-presidente e, em segundo, o imaginário sobre a biblioteca escolar que se sustenta nessas textualizações. Passemos, então, aos dados coletados e às análises feitas.

Lula promete 'zerar' número de municípios sem biblioteca até 2008

Anúncio foi feito em discurso na Academia Brasileira de Letras, no Rio.

Segundo presidente, país não está longe de ter uma biblioteca em cada cidade.

ALBA VALÉRIA MENDONÇA do G1, no Rio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu “zerar” até 2008 o número de municípios brasileiros sem biblioteca. O anúncio foi feito durante discurso na cerimônia de

comemoração dos 110 anos da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro (RJ).¹

Na materialidade lingüística, temos a representação de algumas esferas de poder, quais sejam, o lugar de presidente e a Academia Brasileira de Letras. O presidente Lula é colocado, pela mídia, no lugar daquele que traz a boa-nova, que anuncia algo e que, como todo político, promete realizações. Não está em jogo a voz do sindicalista, do metalúrgico ou do militante de esquerda, mas, dita pelo jornal em forma de citação, a do sujeito que ocupa a importante função administrativa da nação. *‘Lula da Silva promete “zerar”*’ e *‘O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu “zerar”*’ são formulações da mídia que colocam o presidente na posição imaginária capaz de reverter à escala zero um problema nacional. Ambas organizam os sentidos sobre o que Lula teria dito, colocando o verbo zerar entre aspas como uma forma de citação do discurso dele, dito não em um lugar qualquer, mas na Academia Brasileira de Letras.

Pelo acesso ao interdiscurso sabemos que a Academia é uma instituição de literatos que inscreve sentidos de culto às letras, de casa de cultura, de ponto de encontro de renomados escritores vivos, ou seja, um significa um lugar de prestígio. Nesse lugar de poder, o sujeito, ocupando a posição de presidente (outro lugar de poder), produz alguns sentidos de aliança com o mundo da leitura e inscreve um efeito de simpatia e aceitação do valor já dito e creditado aos livros e ao trabalho com eles. Tudo isso está afinado com os sentidos já-dados pela memória sobre a importância da escrita e da leitura, já pela Academia passaram grandes escritores tais como Machado de Assis, Guimarães Rosa e Jorge Amado dentre outros. Ou seja, conforme o jogo das formações imaginárias, temos aqui um sujeito-presidente construindo seu dizer a partir da antecipação dos sentidos tidos como aceitos para os seus interlocutores, no caso, sujeitos-autores e leitores. Assim, uma promessa de acabar com as cidades sem biblioteca funciona, imaginariamente, de modo a estabelecer uma aliança, um de acordo, uma afinação entre os sujeitos sobre o objeto discursivo. Da mesma reportagem, retiramos o recorte:

“Queria aproveitar a ocasião, para antecipar uma das medidas que vou anunciar no dia 4 de outubro e faz parte do Plano Nacional do Livro e da Leitura, que é zerar o número de municípios sem bibliotecas no Brasil e não estamos longe disso. Em 2003, eram 1.173 municípios sem biblioteca. Hoje, são 613. Em 2008, queremos que haja uma biblioteca em cada cidade brasileira, disse Lula.”

Aqui está posta a voz do próprio Lula e não mais a tradução da voz dele feita pelo jornal. Do lugar de presidente, alguns sentidos precisam ser marcados, dentre eles o que foi realizado e os números instalam discursivamente tal efeito com as quantitativas que virtualmente conferem poder ao sujeito-presidente, já que ele instala-se na posição de gestor de sucesso. Isto é, a contagem exposta pontua a queda no número de cidades sem biblioteca durante a sua gestão. Podemos ler tal enunciado torcendo-o pelo avesso, o que implica reconhecer que a política de Lula chegou a cidades antes marcadas pela falta e produziu, matematicamente, uma mudança passível de contabilidade. Pelas datas,

¹<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL138943-5601,00.html>, reportagem publicada em 28/09/2007.

marcas lingüísticas importantes nesse enunciado, os cinco anos de Lula são heróicos já que de 2003 a 2008, os 1173 municípios sem biblioteca tendem a sumir do mapa.

Observamos a existência de um empoderamento do sujeito ao falar desse projeto, pontuando, com os verbos na primeira pessoa do singular (“*Queria aproveitar a ocasião*” e “*vou anunciar*”), que tal feito é de sua gestão, isto é, estamos diante de um investimento de seu governo. Com isso, o sujeito atribui a si mesmo o lugar de construtor de bibliotecas e de promotor da leitura, o que combina com o que se imagina de seus interlocutores e do lugar onde está. Ao dizer “*queremos*”, o sujeito marca essa virtual adesão dos outros filiando-se à mesma região de sentido aceita como evidente, qual seja, o desejo de ter contato com os livros. No entanto, registramos, nesse recorte, um total apagamento dos significantes leitura, leitores, bibliotecário, o que atualiza sentidos já postos em movimento em outros lugares sociais sobre biblioteca, especialmente aqueles que dizem ser essa unidade de informação apenas um abrigo de livros, tal como marcamos na primeira sessão desse artigo.

“ ‘Tenho certeza que ela (a Olimpíada de Português) vai despertar mais paixão que a matemática. E quem sabe, no futuro breve, vamos poder colher os frutos disso e fazer com que o povo possa ter um pouco mais de acesso aos livros. A gente tirou os tributos da produção de livros em 2004, mas infelizmente isso não fez o preço do livro cair. Mas vamos aprimorar a lei’, disse o presidente, lamentando que a lei sancionada em 2003 - que isenta a produção de livros de tributos - não tenha reduzido o preço dos livros para o consumidor.”

Acolhendo-se no lugar de plantador e semeador otimista (“*vamos poder colher os frutos*”), o presidente marca outros feitos de sua gestão, por exemplo, a Olimpíada de Matemática, a de Português e a isenção de impostos para a produção de livros. Observamos que, ao tomar a palavra, o sujeito desfia o rosário de suas conquistas no âmbito executivo, marcando-se como realizador de políticas concretas de democratização da leitura e como bom plantador de horizontes para que “*o povo possa ter um pouco mais de acesso aos livros*”. Marcamos, novamente, a regularidade do apagamento da figura do leitor, o que para nós é um indício importante, visto que ao silenciar tal significante parece natural que o sujeito faça falar “*consumidor*”, o que implica considerar a leitura uma questão de mercado e não de educação.

Em outra reportagem, temos pistas de outros modos de dizer sobre o mesmo tema, nas quais buscamos flagrar os movimentos do sujeito e do sentido.

GOVERNO QUER LEVAR PELO MENOS UMA BIBLIOTECA A CADA MUNICÍPIO ATÉ 2010, AFIRMA

A ampliação do Programa Nacional de Bibliotecas Escolares deverá beneficiar 30 milhões de alunos com a aquisição de novas obras literárias, de acordo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em seu programa semanal de rádio Café com o Presidente, Lula disse que o objetivo é possibilitar o acesso gratuito a livros de leitura para 5 milhões de crianças de até seis anos de

idade, de 85 mil escolas públicas de todo o país. Segundo Lula, a meta é levar pelo menos uma biblioteca a cada município brasileiro até o final de 2010.

Nós pretendemos, até o final do nosso mandato, acabar com qualquer município que não tenha biblioteca, ou seja, nós queremos levar biblioteca, uma ou mais de uma, em todos os municípios brasileiros. E nós queremos acabar com isso o mais rápido possível, porque é importante criar condições para as pessoas terem acesso à leitura. (Agência Brasil)²

No recorte acima, algumas marcas organizam o dizer do sujeito-Lula mediado pela voz do jornal, ou seja, em forma de citação, traduz-se o dito presidencial. “*De acordo, “Lula disse que”, “Segundo Lula”* marcam esse funcionamento em que não temos acesso direto à fala de Lula. Se alguém fala de um lugar de poder como presidente, ao jornal caberia apenas o papel de, supostamente com isenção, informar o que foi dito. Observamos que o “*promete zerar*” da manchete anterior apresenta aqui um outro modo de dizer, a saber, “*GOVERNO QUER LEVAR PELO MENOS UMA BIBLIOTECA A CADA MUNICÍPIO ATÉ 2010, AFIRMA*”. Em 28 de setembro de 2007, havia a promessa “*de zerar o número de municípios sem bibliotecas até 2008*” e dias depois, em 01 de outubro de 2007, há o discurso de “*levar pelo menos uma biblioteca a cada município até 2010*”. Observamos que, na primeira formulação, dizer sobre bibliotecas faz parte das promessas do presidente, ou seja, é algo passível de desconfiança não necessariamente será realizado. Na segunda manchete, temos o efeito de intencionalidade, já que inscreve-se um “*querer levar*”, o que não implica uma promessa que teria que ser cumprida, mas um anseio que eventualmente pode ou não ser levado a cabo. No infinitivo, os verbos “*querer*” e “*prometer*” fazem falar ações que não são definitivas, o que instala não a obrigação de o levar uma biblioteca para cada município brasileiro, mas o seu desejo de levar. “*Promete zerar*” e “*querer levar*” regularizam no dizer político, principalmente em um ano eleitoral, o efeito tanto de prestação de contar como de propaganda de si mesmo.

Temos ainda a mudança de datas para “*zerar*” com os municípios sem biblioteca com a ampliação da data prometida de 2008 para 2010, o que pode inscrever sentidos sobre a impossibilidade de cumprimento da promessa ou a dificuldade de terminar o “*projeto*” apenas no último ano de mandato do presidente. Observamos o apagamento do pronome da primeira pessoa do singular, em lugar do qual emerge um nós marcando um funcionamento discursivo em que o sujeito supõe falar em nome de um coletivo. As marcas “*nós pretendemos*”, “*até o final do nosso mandato*”, “*nós queremos levar biblioteca*”, “*nós queremos acabar com isso o mais rápido possível*” constroem um modo de amarração entre a voz de presidente e a de seu interlocutor, criando uma cumplicidade entre ambas. Isso nos faz retornar ao jogo das formações imaginárias, ou seja, as projeções que os sujeitos constroem para si mesmos, para seus interlocutores e para o objeto discursivo: em um pronunciamento matinal durante um programa radiofônico, o sujeito-presidente dirige-se aos ouvintes (potenciais eleitores) marcando, com o pronome nós, a inclusão de todos em sua fala, ou seja, uma efetiva participação popular em sua gestão. Isso instala, no plano imaginário, o efeito de democracia e aliança entre o presidente e o povo.

²<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1643981-5601,00-GOVERNO+QUER+LEVAR+PELO+MENOS+UMA+BIBLIOTECA+A+CADA+MUNICIPIO+ATE+AFIRMA.html>, em 1/10/2007.

Nos enunciados analisados, observamos o implícito sentido de que biblioteca ainda é artigo de luxo para muitas cidades, o que aponta uma falha histórica já que, como vimos anteriormente, essa unidade informacional foi designada como emblema de distinção para a classe dominante e de pouco uso para as camadas populares. Observamos também que, ao dizer dos projetos institucionais de sua gestão, o presidente nomeia a necessidade de inaugurar bibliotecas, fazendo retornar o sentido já posto em funcionamento em outros momentos. Considerando que as palavras são afetadas pelos usos sociais que delas já se fez, os dizeres analisados renegociam sentidos já inscritos na formação discursiva dominante que significa biblioteca como sinônimo lugar de guarda de livros.

Desse modo, o presidente fala em “*leitura*”, em “*hábito da leitura*” (em outro depoimento há essa nomeação), em “*acesso à leitura*”, deixando de dizer sobre os leitores. Tal troca não é gratuita, tampouco, constitui-se ao modo de um esquecimento, mas singulariza um silenciamento dos sujeitos dentro da biblioteca, do profissional que trabalha na biblioteca, do prazer dado pelo contato com os livros, algo ainda a ser significado em nosso país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE LUGARES DE PODER E SOBRE SENTIDOS NO DISCURSO

“Sua doce palavra, seu instante de febre, sua gula e jejum, sua biblioteca, sua lavra de ouro, seu terno de vidro, sua incoerência, seu ódio – e agora?” - Carlos Drummond de Andrade

Com esse trabalho, buscamos inicialmente escutar alguns sentidos de biblioteca, rastreando a historicidade, ou seja, os modos de dizer já postos em discurso sobre essa unidade informacional. Vasculhamos autores da área da Biblioteconomia para emprestar deles as considerações sobre a implantação das primeiras bibliotecas no país e o modo como elas foram priorizadas pelas políticas públicas até o governo militar. No entanto, como o nosso trabalho não tem como horizonte uma revisão da história como cronologia nem uma investigação técnica do funcionamento das bibliotecas, flagramos a memória discursiva, os modos de dizer e de discursivizar a biblioteca, as formações imaginárias tão presentes a cada retomada da palavra.

Escolhemos como corpus de análise dos depoimentos do presidente Lula sobre a sua promessa, sobre o seu querer e o seu interesse em zerar o número de municípios brasileiros sem biblioteca, buscando compreender o retorno, o deslocamento e a atualização de sentidos já-lá. Não trabalhamos com a linguagem como superfície do evidente, mas com a opacidade do discurso, desvestindo-a do que seria natural e óbvio, marcando o modo como relação de poder são sustentadas no/pelo jogo das formações imaginárias e ideológicas, especialmente quando temos lugares discursivos como o de presidente, o de literato da Academia e o da mídia, isto é, quando temos uma teia encadeada de lugares socialmente tidos como de prestígio. Para nós, a teoria discursiva proposta por Pêcheux (1969) tem uma validade enorme para a investigação das vozes que circulam nas e sobre as bibliotecas, daquelas que dizem sobre elas, que a nomeiam de um modo e não de outro, que a representam em um lugar do discurso. Isso porque a teoria propõe a escuta do que não é transparente, nem literal, nem óbvio, exigindo um esforço interpretativo e o permanente deslocamento do analista para o qual a palavra está sempre em relação a, está sempre em discurso, em movimentos de sentidos sempre outros. Isso nos sugere um modo de trabalhar com bordas menos rígidas do que aquelas

propostas pela análise de conteúdo e, por isso mesmo, trabalhar com horizontes mais atraentes ao olhar, ao dizer e ao significar.

REFERÊNCIAS

CASTRO, César Augusto. Ensino e biblioteca: dialogo possível. **Revista Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 63-72, jan./abr. 2003. Disponível em <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=2>>. Acesso em: 28 fev. 2008.

ESCARPIT, Robert; BARK, Ronald E. **A fome de ler**. Rio de Janeiro, FGV/INL, 1975.

FERRAREZI, Ludmila. **O imaginário sobre a biblioteca escolar**: sentidos em discurso. 2007. 106 f.. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciência da Informação e da Documentação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

FERREIRA, Carminda Nogueira de Castro. Reforma de Ensino e Biblioteca. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 707-12, jul./dez. 1977.

GUIMARÃES, E. **Produção e circulação do conhecimento – Estado, Mídia e Sociedade**. Campinas: Pontes/CNPQ/ NJC, vol. 1, 2001.

GUIMARÃES, E. **Produção e circulação do conhecimento – Política, Ciência e Divulgação**. Campinas: Pontes/CNPQ/ NJC, vol. 2, 2003.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da educação no Brasil**: de Pombal a Passarinho. Brasília/Rio de Janeiro, Editora Brasília, 1974.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Cotia, São Paulo: Ateliê Editora, 2002.

MORAES, Rubem Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, São Paulo, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

MORAES, Denis. **O Planeta Mídia**: tendências da comunicação na era global. Campo Grande: Letra Livre, 2002

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 2003.

ORLANDI, Eni. Pulcinelli. Silêncio e implícito: produzindo a monofonia. IN: GUIMARÃES, E. (org.) **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes Editores, 1989.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista** - discurso do confronto velho e novo mundo. Campinas: Cortez Editora e Editora da Unicamp, 1990.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas, Pontes Editores, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**; princípios e procedimentos. Campinas, Pontes, 2001.

PACÍFICO, Soraya Maria Romano Pacífico; ROMÃO Lucília Maria Sousa. Sem querer acertou na cabeça – o litígio com Lula acerca de um boné. **Revista de Ciência Política Achegas**, vol26, 1-24p., Rio de Janeiro, disponível no endereço <http://www.achegas.net>, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 1969 Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et. al. 3.ed. Campinas, Editora da UNICAMP.

PECHÊUX, Michel. **O discurso, estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (Org.). **Papel da memória**. (Tradução de José Horta Nunes). Campinas: Pontes, 1999.

QUEIROZ, Solange Palhano de. Information literacy: uma proposição expressiva para a biblioteca escolar. In: SILVA, Rovilson José da; BORTOLIN, S. (Org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, 2006. p. 21-31

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Na biblioteca escolar, a voz dos alunos. In: ROMÃO, L. M. S. (org) **Leitura e escrita: nos caminhos da linguagem**. Ribeirão Preto: Editora Alfabeta, 2007.

SANTOS, Inácia Rodrigues dos. A biblioteca escolar e a atual pedagogia brasileira. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 1, n. 2, p.147, jul./dez. 1973.

SILVA, Mônica do Amparo. Biblioteca escolar e educação. In: SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR: ESPAÇO DE AÇÃO PEDAGÓGICA, 3, 2004. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG/ Associação de Bibliotecários de Minas Gerais, 2004. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/gebe/downloads/323.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2008.

SILVA, Rovilson José da; BORTOLIN, Sueli. Reflexões sobre a leitura e a biblioteca escolar. In: SILVA, Rovilson José da; BORTOLIN, S. (Org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, p.11-19, 2006.

SIQUEIRA, Idmea Semeghini Prospero. Projeto ARTE-IN: preparando o arte-educador para interagir nas programações da biblioteca escolar. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, n. 20, v. 1/4, jan./dez. 1987.

SUAIDEN, Emir. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1994.

Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 26, 2º sem.2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Instituto de Letras. **Glossário de termos de discurso**. Porto Alegre: [s.n.], [2006?]. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/>> Acesso em: 20.fev.2006.

VÁLIO, Else Benetti Marques. Biblioteca escolar: uma visão histórica. **Transinformação**, v. 2, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 1990.

VIANA, Márcia Milton; CARVALHO, Natália Guiné de Mello SILVA, Rosana Matos da. Entre luz e sombra ...: uma revisão de literatura sobre biblioteca escolar. In: SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR: ESPAÇO DE AÇÃO PEDAGÓGICA, 1., 1998, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, Associação de Bibliotecários de Minas Gerais, 1998. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/gebe/downloads/104.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2007.vg

ABSTRACT

In that work we looked for to analyze, to the light of the Analysis of the Discourse of French filiation, statements picked in broadcastings in electronic format (Gate of Notícias G1, O Globo). We investigated the way as the libraries are spoken in president's Lula official depositions and the way as they are designated the official programs of distribution of books that, in national extent, they repeat senses had as having legitimated for the dominant ideology. Among them, we detached the reduction effect of the library concept to the collection existence, the one that does look for us support in some notions of the Librarianship. We observed that the discourse on the library, in the official extent, turns off and it silences other possible senses to mean the reading, especially marking a deletion of the pleasure and of a professional's presence in that unit informacional. Our interest leans over on the gesture of interpreting that process, not of the point of view of the analysis of the contents of the declarations of the largest agent of the country, but of observing how they are put in movement the imaginary and discursive formations (Pêcheux, 1969) on the library, that they appeared in the chosen statements for the constitution of our corpus.

KEYWORDS: Discourse. Sense. Library. Lula's govern. Books.

Originais recebidos em: 30/04/2008

Texto aprovado em: 02/09/2008